

## **PROVA OBJETIVA – 2ª ETAPA**

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1)- Assinale a alternativa incorreta:

a) - A regra da congruência entre o pedido e a sentença é decorrente do princípio dispositivo, encontrando-se prevista nos artigos 128 e 460 do Código de Processo Civil, que estabelecem que o juiz deverá prestar a tutela jurisdicional observando os limites do pedido, lhe sendo vedado proferir sentença de natureza diversa da pleiteada, ou de forma *citra* ou *ultra petita*.

b) - Segundo o disposto no artigo 535, II do CPC, os embargos de declaração são meio idôneo para correção da sentença infra ou *citra petita*, hipótese em que caberá ao juiz suprir a omissão ao apreciar o recurso.

c) - A regra da congruência entre o pedido e a sentença não se aplica às matérias de ordem pública, como os pressupostos processuais e condições da ação, eis que neste particular o juiz não está adstrito à iniciativa da parte.

d) - Sobre as matérias de ordem pública relativas à inexistência ou nulidade de citação, incompetência absoluta, inépcia da petição inicial, preempção, litispendência, coisa julgada, conexão, incapacidade da parte, defeito de representação, carência de ação e convenção de arbitragem, têm aplicação o princípio inquisitório e não o dispositivo, haja vista que incumbe ao juiz examiná-las, de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição ordinária.

e) - A arguição de incompetência territorial, por ser relativa, não se constitui matéria passível de ser suscitada como preliminar de contestação, desafiando arguição pela via de exceção, sob pena de preclusão e prorrogação, já que ao juízo não é dado dela conhecer de ofício.

2) - Analise as proposições abaixo e assinale a opção correta:

I - A substituição processual se constitui hipótese de legitimação extraordinária, na qual o autor não se afirma titular do direito material discutido em juízo, agindo em nome próprio na defesa de pretensão alheia.

II - A legitimação do Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública ou ação coletiva na defesa de interesses difusos e coletivos é extraordinária, e como tal não autoriza o autor à prática de atos de disposição do direito material.

III - É pacífico na jurisprudência que o Poder Judiciário não se constitui órgão de consulta sobre a interpretação de tese jurídica, sendo exigência que para o ajuizamento de ação

declaratória tenha o autor necessidade de ir a juízo postular a tutela jurisdicional, atendendo, assim, a condição da ação relativa ao interesse processual.

IV - Segundo a jurisprudência sumulada do STJ, admite-se o uso da Ação Declaratória para buscar interpretação de cláusula contratual, quando haja fundada dúvida na sua aplicação, hipótese em que se verifica atendida a condição da ação relativa ao interesse processual.

V – Em se tratando de embargos declaratórios protelatórios reiterados, o juiz poderá aplicar multa de 10% sobre o valor da causa, e a interposição de outros recursos fica condicionada ao depósito do valor.

- a) - todas as afirmativas estão corretas.
- b) - todas as afirmativas estão incorretas.
- c) – somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- d) – somente as afirmativas I e II estão corretas.
- e) – somente as afirmativas I, III , IV e V estão corretas.

3 ) - Verifique se as afirmações abaixo são verdadeiras ou falsas:

( ) Não são abrangidos pelos efeitos da coisa julgada os motivos determinantes do alcance do dispositivo da sentença, a verdade dos fatos estabelecida como premissa do julgamento e a apreciação de questão prejudicial, incidentalmente ou em ação declaratória autônoma.

( ) Nas ações que versam sobre direitos difusos e coletivos, a eficácia da coisa julgada, por força de disposição legal expressa, será *erga omnes*, vinculando as partes, terceiros e a própria sociedade, independentemente do resultado da demanda.

( ) Nas ações que versam sobre direitos difusos, a eficácia da coisa julgada, por força de disposição legal expressa, será *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

( ) Nas ações que versam sobre interesses coletivos, entendidos como tais os interesses transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica-base, a coisa julgada tem efeitos ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, independentemente do reconhecimento da procedência ou improcedência da pretensão.

( ) A declaração de inconstitucionalidade proferida em sede de recurso extraordinário, em controle difuso, não irradia efeitos *erga omnes*, valendo apenas no caso concreto e gerando efeitos exclusivamente entre as partes.

Observando a seqüência de proposições, identifique a alternativa correta:

- a)F, F, V, F, V
- b)V, V, F, F, V
- c) F, F, V, V, V
- d) F, F, F, V, V
- e)V, F, F, V, V

4) - Sobre o instituto da fraude à execução, analise as afirmativas e assinale a alternativa correta:

I - Todos os atos do devedor que importem em alienação ou oneração patrimonial, após o ajuizamento da ação, presumem-se em fraude à execução.

II - Por força de disposição legal expressa, a alienação de bens litigiosos sobre os quais penda ação fundada em direito real é considerada hipótese de fraude à execução, independentemente da situação patrimonial do devedor.

III - A fraude à execução caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça, pois impede que o Estado preste integralmente a jurisdição, sujeitando o devedor ao pagamento de multa fixada pelo juiz em percentual não superior a 10% do valor do débito atualizado em execução, que reverterá em proveito do credor.

IV - A fraude de execução é instituto de direito processual, pois sua ocorrência frustra o objetivo do processo executivo. Compromete interesses de ordem pública, pois inibe a atividade jurisdicional do Estado, razões pelas quais é passível de ser reconhecida de ofício ou a requerimento da parte, de forma incidental, no próprio processo de execução.

V - Conforme previsto no Código de Processo Civil, os bens alienados onerados em fraude à execução estão sujeitos à execução, sendo reconhecido pela doutrina dominante que nesta hipótese o negócio jurídico é anulado, retornando o bem à esfera patrimonial do devedor.

- a) - todas as assertivas estão corretas.
- b) - somente estão corretas as afirmativas II e IV.
- c) - somente estão corretas as afirmativas II, III e IV.
- d) - somente estão corretas as afirmativas II, IV e V.
- e) - somente estão corretas as afirmativas I e III.

5) - Sobre a modalidade de intervenção de terceiros relativa à oposição pode-se afirmar:

( ) A existência de ação em curso e a competência plena do juiz da ação principal para processamento e julgamento da matéria discutida na oposição são requisitos para seu ajuizamento;

( ) Não poderá ser ajuizada na fase recursal, porque só é admitida enquanto não proferida a sentença da ação principal;

( ) A pretensão poderá ser manejada contra o autor ou contra o réu, dependendo de o interesse do oponente ser contrário ao interesse de um ou de outro;

( ) O instituto da oposição é admitido nos processos sujeitos ao rito ordinário e sumário;

( ) Na oposição o autor e o réu da ação principal assumem a condição de litisconsortes passivos necessários.

Partindo da leitura das afirmações acima, responda V para as afirmações verdadeiras e F, para as falsas:

- a) V, F, V, V, F;
- b) V, V, F, F, V;
- c) F, V, V, V, F;
- d) V, F, F, V, V;
- e) V, V, V, F, F

6) – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I- O processamento da reconvenção está atrelado ao processamento da ação em que foi proposta. Por esta razão, a desistência da ação ou a ocorrência de qualquer outra causa que leve a sua extinção obsta o prosseguimento e julgamento da reconvenção;

II- O revel que tem patrono constituído nos autos deve ser intimado dos atos praticados no processo através de tal procurador;

III- A exceção declinatória de foro somente pode ser oferecida no prazo da contestação, sob pena de preclusão e prorrogação da competência relativa. Caso ofereça exceção declinatória de foro, o réu poderá protocolizar a respectiva petição no juízo de seu próprio domicílio e requerer sua remessa ao juízo no qual estiver sendo demandado;

IV - O reconhecimento de nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão depende de arguição do réu, em sede de exceção declinatória de foro, haja vista que não é dado ao juiz conhecer de tal matéria ofício, por se tratar de direito dispositivo da parte.

- a) somente estão corretas as afirmativas II e III;
- b) somente estão corretas as afirmativas I e IV;
- c) somente estão corretas as afirmativas II, III e IV;
- d) é correta somente a afirmativa IV;
- e) todas as afirmativas são incorretas.

7) Observadas as recentes alterações nos dispositivos legais que disciplinam a liquidação de sentença, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I- Cabe ao credor requerer o cumprimento da sentença pelo devedor, instruindo o pedido com a memória de cálculo do valor devido, sendo autorizada a elaboração de cálculos pelo contador no caso de ser o credor beneficiário de assistência judiciária.

II – Quando os cálculos apresentados pelo credor se revelarem excessivos em relação aos limites da condenação, poderá o juiz se valer de contador para a liquidação.

III- Os cálculos apresentados pelo credor poderão ser questionados pelo devedor em impugnação ao cumprimento da sentença.

IV- A decisão de liquidação e a decisão que julga a impugnação ao cumprimento da sentença oposta pelo devedor, mesmo que extinga a execução, é recorrível através de recurso de apelação.

V – No caso de o credor não concordar com os cálculos do contador, a execução far-se-á pelo valor originalmente pretendido, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador.

- a) somente estão corretas as afirmativas II, III e IV.
- b) estão corretas todas as afirmativas.
- c) somente estão corretas as afirmativas I, IV e V.
- d) somente estão corretas as afirmativas I, II, III e V.
- e) somente estão corretas as afirmativas II, III e V.

8) As recentes alterações das normas processuais que tratam do cumprimento da sentença e da execução em geral tiveram como norte a busca pela maior efetividade do processo.

Traduzem este conteúdo finalístico:

I- O dispositivo legal que estabelece que, em caso de condenação a pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, o devedor deverá cumprir a sentença no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa de 10% do valor da condenação e, mediante requerimento do credor, posterior expedição de mandado de penhora e avaliação.

II- O dispositivo que autoriza a rejeição liminar da impugnação do executado fundada na alegação de excesso de execução, quando o devedor não declarar de imediato o valor que entende correto.

III- O dispositivo que faculta ao credor, no requerimento de cumprimento da sentença, a indicação desde logo dos bens do devedor passíveis de penhora.

IV – A previsão legal que faculta ao credor a executar a sentença em foro diverso daquele na qual foi proferida, autorizando o mesmo a optar pelo local onde se encontram os bens sujeitos à expropriação ou pelo local do atual domicílio do executado.

V- A previsão legal de processamento da execução de ofício pelo juiz, independente de provocação do credor.

Assinale a alternativa correta:

- a) são verdadeiras apenas as alternativas I, II, III e IV;
- b) são verdadeiras apenas as alternativas III, IV e V;
- c) são verdadeiras apenas as alternativas I e II;
- d) todas as alternativas são verdadeiras;
- e) é verdadeira apenas a alternativa I.

9) Assinale a alternativa correta:

- a) O levantamento de depósito em dinheiro em execução provisória de créditos de natureza alimentar, ou decorrentes de ato ilícito, não depende de caução pelo credor.
- b) A constituição de capital, cuja renda assegure o pagamento do valor da prestação mensal, é obrigatória sempre que a indenização por ato ilícito incluir prestação de alimentos.
- c) Sob pena de violação à coisa julgada, a prestação a título de alimentos compreendida na indenização por ato ilícito não poderá sofrer redução ou majoração, mediante requerimento da parte, ainda que sobrevenha alteração nas condições econômicas a título de alimentos.
- d) Em caso de desistência da execução pelo credor na pendência de embargos versando sobre matéria de mérito, e não meramente processual, a extinção destes depende da concordância do embargante.
- e) Nas execuções de obrigação de fazer fundadas em título executivo extrajudicial, o valor da multa prevista no título, para o caso de atraso no cumprimento da obrigação, não poderá sofrer alteração pelo juiz.

10) Assinale a alternativa correta:

- a) O usufruto de imóvel ou de empresa não se enquadra como ato expropriatório, segundo a legislação processual civil.
- b) a impenhorabilidade do bem de família é oponível em relação a créditos de trabalhadores da própria residência e respectivas contribuições previdenciárias.

- c) A remição da execução poderá ser efetuada a qualquer tempo pelo devedor, antes de arrematados ou adjudicados os bens que garante a execução, mediante o pagamento do valor de avaliação do bem que pretende liberar.
- d) A penhora de crédito, não representado por título, será considerada perfeita mediante a intimação do terceiro para que não pague a seu credor.
- e) A penhora de crédito representado por cheque ocorre com a apreensão do documento em poder do devedor ou de terceiro, ou sem apreensão do título na hipótese do terceiro confessar dívida, quando será havido como depositário da importância.

11) Analise as afirmativas e assinale a resposta correta:

I - A sentença de mérito prolatada em processo fraudulento, no qual as partes agem em conluio, utilizando o processo para a prática de ato simulado em prejuízo a terceiro, é passível de ser rescindida através de ação rescisória.

II- Atendendo ao princípio da probidade processual, compete às partes, entre outros deveres, expor os fatos em juízo conforme a verdade, proceder com lealdade e boa-fé, não formular pretensões ou alegar defesa cientes de que são destituídas de fundamento.

III - Também se constitui dever das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participarem do processo cumprirem com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.

IV – Ressalvados os advogados sujeitos a estatuto próprio, o ato atentatório ao exercício da jurisdição se caracteriza pelo descumprimento do dever descrito no item anterior e sujeita o infrator ao pagamento de multa fixada pelo juiz em percentual não superior a 20%, conforme a gravidade, que reverte em favor da União ou do Estado.

V – A fixação de multa pela prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição é passível de cumulação com as sanções pecuniárias por litigância de má-fé, que revertem em favor da parte contrária.

- a) somente as alternativas I, II e V estão corretas.
- b) todas as alternativas estão corretas.
- c) somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- d) somente as alternativas III e V estão corretas.
- e) somente as alternativas I, II, IV e V estão corretas.

12) - Justifica-se a desconsideração da personalidade jurídica na fase de execução, preponderantemente, em razão da:

- a) - eficácia constitutiva da coisa julgada <sup>(1)</sup> e responsabilidade solidária dos sócios;
- b) - eficácia reflexiva da coisa julgada e responsabilidade subsidiária dos sócios; <sup>(2)</sup>
- c) - eficácia constitutiva da coisa julgada e responsabilidade primária dos sócios.
- d) - eficácia reflexiva da coisa julgada e responsabilidade secundária dos sócios.
- e) - eficácia constitutiva da coisa julgada e responsabilidade solidária dos sócios.

13) - Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, pode-se dizer que são consideradas incluídas no pedido, independentemente da declaração expressa do autor, sendo certo afirmar:

- a)- trata-se de pedido implícito decorrente de prestações de trato sucessivo, homogêneas e contínuas, sendo que as vencidas após a sentença de liquidação necessitarão de outra ação com comando condenatório para serem cobradas;
- b) - trata-se de pedido sucessivo decorrente de prestação de trato sucessivo, homogêneas e contínuas, sendo que as vencidas depois da condenação serão liquidadas e cobradas na própria ação condenatória originária;
- c) - trata-se de pedido sucessivo decorrente de prestações de trato sucessivo, homogêneas e contínuas, sendo que as vencidas após a sentença de liquidação necessitarão de outra ação com comando condenatório para serem cobradas.
- d) - trata-se de pedido implícito decorrente de prestações de trato sucessivo, homogêneas e contínuas, sendo que as vencidas após a sentença de liquidação não necessitarão de outra ação com comando condenatório para serem cobradas.
- e) - trata-se de pedido sucessivo decorrente de prestações de trato sucessivo, homogêneas e contínuas, sendo que as vencidas após a sentença de liquidação necessitarão serão executadas em ação autônoma.

14) - Referentemente à coisa julgada <sup>(3)</sup> é correto afirmar:

- a) - Na ação civil pública, em se tratando de interesses difusos, havendo declaração de improcedência dos pedidos em decorrência de insuficiência de provas, o julgado produz efeitos tão-somente em relação às partes processuais, sistema conhecido como coisa julgada segundo o resultado da lide, não sendo possível a renovação da lide com base em novas provas;
- b) - Em ação civil pública versando sobre interesses individuais homogêneos, a sentença será imutável *erga omnes* tão-somente em caso de procedência, beneficiando vítimas e sucessores, isto em *in utilibus*. Em caso de improcedência as partes individuais que não intervieram no processo coletivo poderão propor ações individualmente;
- c)- A ação coletiva que versa sobre interesse coletivo será imutável *ultra partes*, mas não estará limitada ao grupo, categoria ou classe de lesados, exceto se a improcedência se der por falta de provas, exceto se outra ação for proposta com base em nova prova;
- d)- Pelo sistema da tutela coletiva as vítimas e sucessores são beneficiados da sentença de procedência em questão correlata à defesa de interesses coletivos e individuais homogêneos, não, porém, da sentença de procedência envolvendo interesse difuso;
- e)- Em ação civil pública versando sobre interesses individuais homogêneos, a sentença será imutável *erga omnes* em caso de procedência e de improcedência, beneficiando vítimas e sucessores, isto em *in utilibus*.

## **DIREITO COMERCIAL**

15)- Não é correto afirmar, segundo o que prevê a nova lei de falência:

a)- Na falência, ao administrador judicial compete praticar os atos necessários à realização do ativo e ao pagamento dos credores, requerer a venda antecipada dos bens perecíveis ou deterioráveis, praticar atos conservativos de direitos e ações, diligenciar a cobrança de dívidas e representar a massa falida em juízo, entre outras atribuições.

b)- O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta lei, em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.

c)- Na falência, observando a ordem de classificação dos créditos, têm preferência os créditos decorrentes da legislação do trabalho e decorrentes de acidente do trabalho, até o limite de 150 salários mínimos por credor.

d)- O saldo de créditos trabalhistas decorrentes da relação de trabalho que excederem de 150 salários mínimos e o saldo de créditos com garantia real que excederem ao produto de alienação do bem vinculado ao seu pagamento serão classificados como créditos quirografários.

e)- Serão considerados extraconcursais e pagos com precedência, inclusive aos créditos privilegiados segundo classificação legal, a remuneração devida ao administrador judicial, seus auxiliares e créditos advindos da legislação do trabalho e decorrentes de acidente do trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência.

16) - Considerando-se a Lei 4.886/65, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, assinale a alternativa incorreta:

a)- É vedada no contrato de representação comercial a inclusão de cláusulas *del credere*;

b)- considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato, com ou sem determinação de prazo;

c)- do contrato de representação comercial, além dos elementos comuns e outros, a juízo dos interessados, constarão, obrigatoriamente, a indicação genérica ou específica dos produtos ou artigos objeto da representação;

d)- no caso de falência do representado, as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, serão considerados créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas;

e)- presume-se a exclusividade de representação na ausência de ajustes expressos.

17) - No que se refere ao contrato de alienação fiduciária, assinale a alternativa correta:

I – o devedor, a fim de garantir o pagamento de uma dívida, transfere ao credor fiduciário a propriedade de determinado bem móvel durável, sob condição resolutória da integral quitação do débito;

II – a inadimplência do devedor fiduciante acarreta o vencimento antecipado de toda a dívida e a possibilidade de perda do bem, podendo purgar a mora se já houver pago pelo menos 40% do débito;

III – é contrato acessório porque visa assegurar o cumprimento de outro contrato de financiamento, onde uma empresa disponibilizou recursos a serem utilizados na aquisição de um bem;

IV – o devedor assume a função de verdadeiro fiel depositário do bem e uma vez não encontrado o bem custodiado, poderá ser convertida a ação de busca e apreensão em ação de depósito;

V - somente bens móveis podem ser objeto de contrato de alienação fiduciária.

– todas as alternativas estão corretas;

– somente a alternativa II está incorreta;

– somente a alternativa III está incorreta;

– somente a alternativa IV está incorreta;

– somente a alternativa V está incorreta.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

18) - Sobre o controle da constitucionalidade das leis é correto afirmar:

I - que o Brasil adota sistema que combina o critério de controle difuso, por via de defesa, com o controle concentrado, através de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, ação direta de inconstitucionalidade por omissão e ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

II - que, conforme artigo 102 da Constituição Federal, ao Supremo Tribunal Federal compete precipuamente a guarda da Constituição, razão pela qual detém o monopólio da jurisdição constitucional, atuando exclusivamente com base no controle concentrado de constitucionalidade.

III - que o Supremo Tribunal Federal não é o único órgão jurisdicional com competência para decidir matéria constitucional, pois o sistema também se funda no critério difuso, que autoriza tribunais e juízes a conhecer e julgar prejudiciais de inconstitucionalidade.

IV - que o Supremo Tribunal Federal somente exerce a jurisdição constitucional exclusiva, de forma concentrada, através de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e através de ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, as quais se inserem em sua competência originária.

Assinale a alternativa correta:

a ) somente uma das afirmações está correta;

b) todas as afirmações estão corretas;

c) somente duas afirmativas estão corretas;

d) todas as afirmativas estão incorretas;

e) somente três afirmativas estão corretas.

19) - No que pertine ao controle abstrato e concreto da constitucionalidade, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - O ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, não está sujeito à observância de qualquer prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial;

II - O RISTF prevê, expressamente, a não admissão da assistência jurídica a qualquer das partes. Porém, pode o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, por decisão irrecorrível, admitir a manifestação de outros órgãos ou entidades em sede de controle de constitucionalidade;

III - A legitimação para propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos está prevista na Constituição Federal. Com o advento da EC 45/2004, passaram a ter tal legitimidade, além daqueles já elencados no art. 103 da CRFB, a Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Governador do Estado ou do Distrito Federal. O Supremo Tribunal Federal, ao interpretar sobredito artigo, entende que alguns dos legitimados devem demonstrar interesse na aludida representação em relação à sua finalidade institucional;

IV - O Supremo Tribunal Federal, ao interpretar o inciso IX, do art. 103, da CRFB, no tocante à legitimidade para propor ação de inconstitucionalidade (“IX – pela confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.”), perfilha entendimento no sentido de que “entidade de classe” deve ser interpretada como categoria profissional de âmbito nacional, entendida como tal aquela organizada em pelo menos nove Estados da Federação, admitindo o ajuizamento por associação de associação.

- a) somente a alternativa I está correta;
- b) todas as afirmações estão incorretas;
- c) somente as alternativas I e II estão corretas;
- d) somente as alternativas I, II e III estão corretas;
- e) somente as alternativas II e IV estão corretas.

20) - A doutrina adota variados critérios de classificação das constituições. As principais classificações podem ser efetuadas considerando os seguintes critérios: quanto ao modo de elaboração, as constituições são classificadas em dogmáticas ou históricas; quanto à origem, são classificadas como outorgadas ou promulgadas; quanto à forma, em escritas ou costumeiras; quanto ao conteúdo, em formais e materiais; e, finalmente, quanto à estabilidade ou mutabilidade, as constituições são classificadas em rígidas, semi-rígidas e flexíveis. Partindo dos critérios acima, pode-se afirmar:

I- A Constituição Federal de 1988 é classificada como uma constituição dogmática, porque na sua elaboração consubstancia os dogmas estruturais e fundamentais do Estado.

II- A Constituição Federal de 1988 é classificada como uma Constituição histórica, observando o seu modo de elaboração, eis que é resultado de um lento processo de formação, tendo por base o costume e a tradição do povo brasileiro.

III- Quanto à origem, a Constituição Federal de 1988 é classificada como Constituição promulgada, ou democrática, tendo em vista que é resultado do trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, cujos membros foram eleitos pelo povo e atuaram como representantes populares.

IV - A Constituição de 1988 também pode ser classificada como uma constituição escrita, e formal, esta última em função do caráter constitucional das normas que contém decorrer do processo de sua formação e não propriamente de seu conteúdo material. Partindo desta premissa, todas as regras contidas na Constituição têm caráter constitucional.

V - Quanto à estabilidade ou mutabilidade, a Constituição Federal de 1988 se enquadra na classificação de Constituição rígida, porque o adota processo legislativo de alteração mais difícil e complexo do que o de alteração das leis ordinárias e complementares, exigindo, para aprovação de emendas constitucionais, quorum de votação de 3/5 dos membros de cada casa, em dois turnos, como previsto em seu artigo 60.

Observando as proposições acima, pode-se afirmar:

- a) que todas estão corretas.
- b) que estão corretas as afirmações constantes dos itens II, III e V.
- c) que estão corretas as afirmações constantes dos itens I, III, IV e V.
- d) que estão corretas as afirmações constantes dos item II, III, IV e V.
- e) que estão incorretas todas as afirmações.

21) - Quanto à presença do *amicus curiae* no processo objetivo do controle concentrado de constitucionalidade, analise as afirmações abaixo e assinale a resposta correta:

I - Consoante decisões do Supremo Tribunal Federal e referência inserta em seu Regimento Interno, a admissão do *amicus curiae* pode ser definida como a de mero colaborador informal ou hipótese de intervenção de terceiros, sendo razoável afirmar que sua natureza jurídica revela-se como uma modalidade *sui generis* de intervenção de terceiro, com características próprias e bem definidas;

II - É entendimento do Supremo Tribunal Federal o não cabimento da presença do *amicus curiae* ao processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, não se podendo falar em interpretação analógica, em situações tais, da legislação pertinente à intervenção de terceiros;

III - A admissão ou não do *amicus curiae* no processo será decidida pelo relator, ao qual compete analisar o preenchimento dos requisitos e a conveniência e oportunidade da manifestação, em decisão irrecorrível, e, mesmo que admitido, o Tribunal poderá deixar de referendá-lo, afastando a sua intervenção;

IV - Levando-se em consideração que a ação direta de constitucionalidade e a ação direta de inconstitucionalidade são ações dúplices ou ambivalentes, e com base na legislação vigente, pode-se dizer que há permissivo bastante a justificar a admissão do *amicus curiae* em ambas as modalidades de controle de constitucionalidade.

- a) - todas as alternativas são verdadeiras;
- b) - somente as alternativas III e V são verdadeiras;
- c) - somente as alternativas I e IV são verdadeiras;

- d) - todas as alternativas são falsas;
- e) - somente a alternativa III é verdadeira.

22) – Quanto à emenda à Constituição Federal, considerando o que dispõe o texto constitucional, analise as afirmações abaixo e assinale a resposta correta:

I – poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República ou de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

II – A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovadas se obtiver, em pelo menos uma delas, três quintos dos votos dos respectivos membros;

III – Não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa a matéria constante de proposta rejeitada; entretanto, tal proibição não se estende à matéria que foi havida por prejudicada;

IV – não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais;

V – A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou estado de sítio.

- a) todas as afirmativas estão corretas;
- b) somente as afirmativas II, III e V estão corretas;
- c) todas as afirmativas estão incorretas;
- d) somente as afirmativas I, III, IV e V estão corretas;
- e) somente as afirmativas I, IV e V estão corretas.

23) - Compete privativamente à Câmara dos Deputados, conforme texto constitucional:

I – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade, eleger membros do Conselho da República;

II – autorizar por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, eleger membros do Conselho da República;

III – proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços;

IV – eleger dois cidadãos brasileiros natos como membros do Conselho da República, com mais de trinta e cinco anos de idade, com mandato de três anos, vedada a recondução.

- a) - todas as alternativas são verdadeiras;
- b) - todas as alternativas são falsas;
- c) - somente a alternativa II é verdadeira;
- d) - somente as alternativas I e IV são falsas;
- e) - somente as alternativas II, III e IV são verdadeiras.

24) - As comissões parlamentares de inquérito, conforme texto constitucional e interpretação do STF, têm prazo certo para a apuração de fato determinado, e:

I – terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas exclusivamente pela Câmara dos Deputados, mediante requerimento de um terço de seus membros;

II – serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante o requerimento de um terço de seus membros;

III – terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante o requerimento de um terço de seus membros, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores;

IV – o STF já se manifestou no sentido de que caracteriza abuso de exposição da imagem pessoal na mídia, a transmissão e a gravação de sessão em que se toma depoimento de indiciado, em Comissão Parlamentar de Inquérito.

- a) - somente as alternativas II, III, e IV são falsas;
- b) - somente as alternativas I e III são falsas;
- c) - somente são verdadeiras as alternativas II e III;
- d) - somente são verdadeiras as alternativas II, III e IV;
- e) - todas são alternativas verdadeiras.

25) - Os Senadores e Deputados, conforme texto constitucional, são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, e:

I - desde a expedição do diploma serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações;

II – desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos salvo em flagrante de crime inafiançável. Recebida a denúncia, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa da mesa e por maioria dos votos de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação;

III – O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora, prorrogável por mais 45 dias;

IV – somente após a posse é que serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

- a) todas as alternativas são falsas;
- b) somente a alternativa IV é verdadeira;
- c) somente as alternativas III e IV são verdadeiras;
- d) somente a alternativa I é verdadeira;
- e) somente as alternativas II, III e IV são verdadeiras.

26) Referentemente à argüição de descumprimento de preceito fundamental pode-se dizer:

I - É entendimento do Supremo Tribunal Federal que, além da argüição autônoma de caráter abstrato, a argüição de descumprimento de preceito fundamental pode ser admitida de forma incidental em processo em curso, dando-se à legislação infraconstitucional que disciplinou a matéria interpretação conforme para contemplar tal hipótese;

II - O Supremo Tribunal Federal manifestou-se no sentido de que o disposto no art. 102, § 1º, da CRFB, no atinente à argüição de descumprimento de preceito fundamental materializava norma constitucional de eficácia limitada. Referido preceptivo constitucional encontra-se, atualmente, regulamentado, sendo certo que a argüição autônoma tem por objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público;

III - Estão legitimados à propositura da ação de argüição de descumprimento de preceito fundamental os mesmos que podem manejar a ação declaratória de inconstitucionalidade genérica, detendo, também, legitimidade concorrente qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do poder público, tendo a decisão eficácia contra todos e efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Público, além de efeitos retroativos;

IV - Além do caráter preventivo e repressivo, há de se exigir o nexo de causalidade entre a lesão ao preceito fundamental e o ato administrativo, admitindo-se, ainda, por equiparação, a possibilidade de argüição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre a lei ou ato normativo, incluído os anteriores à Constituição.

Observando as proposições acima, pode-se afirmar:

- a) – todas as afirmativas estão corretas;
- b) – todas as afirmativas estão incorretas;
- c) – somente a afirmativa III está correta;
- d) – somente a afirmativa IV está correta;
- e) – somente as afirmativas III e IV estão corretas.

27) – Na Seção que trata da responsabilidade do Presidente da República, a Constituição Federal estabelece que são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República, que atentem contra a Constituição e em especial contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, o cumprimento das leis e das decisões judiciais dentre outros elencados nos incisos I a VII do art. 85. De acordo com o texto constitucional e o entendimento do STF, é correto afirmar que:

I – O Supremo Tribunal Federal entende que “são da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento”;

II – O Presidente não ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, ainda que recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

III – Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante a Câmara dos Deputados, nos crimes de responsabilidade;

IV – O Presidente ficará suspenso de suas funções, quando processada a acusação nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

a) – todas as alternativas são incorretas;

b) – todas as alternativas são corretas;

c) – somente as alternativas II e IV são corretas;

d) – somente as alternativas I e IV são corretas;

e) – somente as alternativas I e III são corretas.

28)- Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os princípios:

I – nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antigüidade e a outra metade por merecimento;

II – não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão;

III - aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela freqüência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento;

IV – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pela maioria absoluta de seus membros;

V– todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a advogados, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

a)- somente a alternativa I é incorreta;

b) - todas as alternativas são corretas;

c) - somente as alternativas III e V são verdadeiras;

d) - somente as alternativas II, III e IV são verdadeiras;

e) - somente as alternativas II, III e V são verdadeiras.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

29) - São princípios e diretrizes da Seguridade Social, EXCETO:

- a) - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa;
- b) - universalidade da cobertura e do atendimento;
- c) - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- d) - igualdade na forma de participação no custeio;
- e) - diversidade da base de financiamento.

30) - Considerando o que dispõe a Lei nº 8.213/91, sobre os períodos de carência dos benefícios previdenciários é correto afirmar:

- a) - Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, no caso dos segurados empregados urbanos e rurais.
- b) - Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições referentes ao período a partir da data da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, no caso de segurado empregado doméstico.
- c) - Independe de carência a concessão de prestações como: pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família, auxílio-acidente e auxílio-doença.
- d) - Independe de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza, ainda que não caracterizado acidente do trabalho.
- e) - Todos os benefícios previdenciário dependem de carência, no caso de empregada doméstica.

31) - Assinale a opção incorreta:

Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social:

- a) - aposentadoria e auxílio-doença;
- b) - mais de uma aposentadoria;
- c) - seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, inclusive pensão por morte ou auxílio-acidente;
- d) - mais de um auxílio-acidente;
- e) - mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

32)- Assinale a alternativa correta.

O Regime Geral de Previdência Social compreende, entre outras, as seguintes prestações:

- a)- seguro-desemprego; pecúlio; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade e auxílio-acidente

- b)- auxílio-reclusão; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade e auxílio-acidente.
- c)- pecúlios; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade e auxílio-acidente
- d)- seguro-desemprego; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade e auxílio-acidente
- e)- aposentadoria por invalidez; seguro-desemprego; auxílio-doença; salário-família; salário-maternidade e auxílio-acidente.

33) – Assinale a alternativa correta: <sup>(4)</sup>

Pode filiar-se como segurado facultativo da Previdência Social, entre outros:

- a)- a dona-de-casa que não exerce atividade remunerada;
- b)- o síndico de condomínio, quando não remunerado;
- c)- o brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior;
- d)- o estagiário que presta serviços a empresa na forma da lei pertinente;
- e)- o trabalhador associado a cooperativa que, nessa qualidade, presta serviços a terceiros.

34) – Assinale a alternativa correta:

- a)- Quando o pai e a mãe são segurados empregados ou trabalhadores avulsos, apenas um deles tem direito ao salário-família;
- b)- O salário-família do trabalhador avulso depende do número de dias trabalhados no mês, devendo o seu pagamento corresponder ao valor proporcional da cota;
- c)- O salário-família correspondente ao mês de afastamento do trabalho será pago, proporcionalmente aos dias trabalhados, pela empresa, pelo sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra, conforme o caso, e o do mês da cessação de benefício pelo Instituto Nacional do Seguro Social;
- d)- Os empregados domésticos, contribuintes individuais, segurados especiais e facultativos não recebem salário-família;
- e)- Ao trabalhador desempregado é assegurado o salário-família, juntamente com o benefício seguro-desemprego.

## **PROCESSO DO TRABALHO**

35) - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao julgar ou homologar ação coletiva ou acordo nela havido, o Tribunal Superior do Trabalho exerce o poder normativo constitucional, não podendo criar ou homologar condições de trabalho que o Supremo Tribunal Federal julgue iterativamente inconstitucionais.
- b) A Justiça do Trabalho só tem competência para autorizar o levantamento do depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na ocorrência de dissídio entre empregado e empregador.
- c) A admissibilidade do recurso de revista tem como pressuposto a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado.

d) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal.

e) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social – PIS.

36) - Assinale a alternativa incorreta:

a) Os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.

b) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou no de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

c) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados entre 8 e 18 horas, não podendo ultrapassar cinco horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

d) Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou chefe de Secretaria, dentro de 48 horas, remeterá a segunda via da petição do termo ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de cinco dias.

e) Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

37) - No que diz respeito ao procedimento sumaríssimo, considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

I As testemunhas, até o máximo de duas para cada fato, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

II nas reclamações sujeitas ao rito sumaríssimo, o recurso ordinário será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de cinco dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor.

III Não se admite recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, salvo por contrariedade à Constituição da República.

IV As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz presidente ou substituto, sendo que este poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.

V Quando a prova do fato o exigir ou for legalmente imposta, será deferida a prova técnica requerida na audiência, ainda que na petição inicial não tenha o autor protestado pela sua produção.

a) – todas as alternativas são incorretas;

b) – somente duas alternativas estão incorretas;

c) – somente três alternativas estão incorretas;

d) – somente quatro alternativas estão incorretas;

e) – todas as alternativas estão corretas.

38) - Sobre execução, assinale a alternativa correta:

I – Em hasta pública, se o arrematante ou seu fiador, não pagar dentro de 48 (quarenta e oito) horas o preço da arrematação, perderá em benefício da execução, o sinal de 20% do valor da arrematação.

II – Medida Provisória posteriormente convertida em lei ordinária, o que afastou a inconstitucionalidade por vício formal, estabeleceu que se considera inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal.

III – Se o executado, procurado por duas vezes no espaço de 48 horas, não for encontrado, far-se-á a citação por hora certa.

IV – A execução das decisões proferidas em qualquer instância poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio*, pelo próprio juiz ou pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.

V – Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá a intimação por via postal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por intermédio do órgão competente, para manifestação, no prazo de oito dias, sob pena de preclusão.

a) Todas as alternativas são corretas;

b) Somente uma alternativa é verdadeira;

c) Somente duas alternativas são verdadeiras;

d) Somente três alternativas são verdadeiras;

e) Todas as alternativas são falsas.

39) - Assinale a alternativa correta:

I. A Justiça do Trabalho não é competente para o julgamento das demandas dos empregados de empresa pública federal, oriundas da relação de trabalho;

II. Não é da competência da Justiça do Trabalho o julgamento de litígio decorrente de empreitada, mesmo quando o empreiteiro é operário ou artífice;

III. As execuções das contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças trabalhistas, tendo em vista a natureza de tributo federal das mesmas, devem ser processadas perante a Justiça Federal Comum;

IV. A Justiça do Trabalho é competente para apreciar ação de indenização por dano moral e patrimonial, apenas quando decorrentes de relação de emprego.

V. A Justiça do Trabalho não possui competência para apreciar ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

a) todas as afirmativas estão corretas;

b) somente a afirmativa IV está correta;

c) somente as afirmativa I e V estão corretas;

- d) somente estão corretas as afirmativas III e IV;
- e) todas as afirmativas estão incorretas.

40) Com relação às audiências, é correto afirmar:

- I – O juiz deverá relevar atrasos das partes não superiores à 15 (quinze) minutos;
- II - As partes serão inquiridas pelo Juiz e, por seu intermédio, pelos seus representantes e advogados;
- III – A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação;
- IV - O ônus de eventual desconto salarial sofrido pela testemunha, em razão de seu comparecimento a juízo, compete a parte sucumbente;
- V – A revogação da prisão do depositário infiel, determinada pelo juiz trabalhista, compete ao juiz criminal.

- a) todas as afirmativas estão corretas;
- b) somente duas afirmativas estão incorretas;
- c) somente três afirmativas estão incorretas;
- d) todas as afirmativas estão incorretas;
- e) somente quatro afirmativas estão incorretas.

41) Em audiência, se a parte impugnar o valor fixado à causa e o juiz o mantiver, o recurso cabível é:

- a) agravo de instrumento, no prazo de cinco dias;
- b) recurso inominado;
- c) pedir revisão da decisão, no prazo de quarenta e oito horas, ao Presidente do Tribunal Regional;
- d) a decisão é irrecorrível, devendo a parte argüir preliminar quando da interposição do recurso ordinário;
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

42) - A Súmula 207 do Tribunal Superior do Trabalho estabelece que “a relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviços e não por aquelas do local da contratação”. Trata-se do princípio:

- a) *Ratione loci*;
- b) *Lex loci executionis*;
- c) Foro privilegiado;
- d) Extraterritorialidade;
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

43) - Assinale a alternativa correta:

I - Compete ao Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos;

II - Compete ao Ministério Público do trabalho propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores;

III - Compete ao Ministério Público do Trabalho recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, tanto nos processos em que for parte, como naqueles em que officiar como fiscal da lei;

IV - Compete ao Ministério Público do Trabalho atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes ou pelo magistrado, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho;

V - Compete ao Ministério Público do Trabalho requerer as diligências que julgar convenientes para o correto andamento dos processos e para a melhor solução das lides trabalhistas.

a) todas as afirmativas estão incorretas;

b) somente duas afirmativas estão corretas;

c) somente três afirmativas estão corretas;

d) todas as afirmativas estão corretas;

e) somente quatro afirmativas estão corretas.

44) - No tocante à ação rescisória, levando-se em consideração as orientações e súmulas do C. TST, assinale a alternativa incorreta:

a) Não padece de inépcia a petição inicial de ação rescisória apenas porque omite a subsunção ao fundamento de rescindibilidade no art. 485 do CPC ou o capitula erroneamente em um dos seus incisos. Contanto que não se afaste dos fatos e fundamentos invocados como causa de pedir, ao Tribunal é lícito emprestar-lhes adequada qualificação jurídica (*iura novit curia*). No entanto, fundando-se a ação rescisória no art. 485, inc. V, do CPC, é indispensável expressa indicação na petição inicial da ação rescisória, do dispositivo legal violado, por se tratar de causa de pedir da rescisória, não se aplicando, no caso, o princípio *iura novit curia*;

b) É incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação;

c) O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao pólo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto. Já em relação ao pólo ativo, o litisconsórcio é facultativo, uma vez que a aglutinação de autores se faz por conveniência e não, pela necessidade decorrente da natureza do litígio, pois não se pode condicionar o exercício do direito individual de um dos litigantes no processo originário à anuência dos demais para retomar a lide;

d) O sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário;

e) O valor da causa, na ação rescisória de sentença de mérito advinda de processo de conhecimento, corresponde ao valor da condenação fixado no processo originário.

45) - Sobre a exceção de pré-executividade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Suspende o prazo para oferecimento dos bens à penhora pelo devedor ou a indicação dos bens penhoráveis pelo credor;
- b) Constitui uma possibilidade conferida ao devedor para que este, antes mesmo de ver seus bens constrictos, ingresse no processo de execução com o objetivo específico de demonstrar a inexigibilidade do título executivo;
- c) Na exceção de pré-executividade não há garantia do juízo;
- d) Deve ser apresentada após a citação do devedor e antes da penhora;
- e) A decisão judicial que acolhe a exceção de pré-executividade, extinguindo, total ou parcialmente, a execução desafia a interposição do agravo de petição.

46) - A respeito do ônus da prova, observando-se os posicionamentos jurisprudenciais majoritários, assinale a alternativa correta:

I) Com relação às empresas que possuem mais de dez empregados, a não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário.

II) O ônus de provar a data do término do contrato laboral pertence ao empregado, se negado o despedimento, considerando-se a regra de que o “a prova das alegações incumbe à parte que as fizer”.

III) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.

IV) As anotações na carteira profissional do empregado, quando apostas pelo empregador geram presunção “*juris et de jure*”.

V) Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniforme são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.

- a) Todas as alternativas são corretas;
- b) Somente uma alternativa é verdadeira;
- c) Somente duas alternativas são verdadeiras;
- d) Somente três alternativas são verdadeiras;
- e) Somente quatro alternativas são verdadeiras.

47) Em audiência de praça, previamente designada para vender um veículo Fusca avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), compareceram três licitantes, tendo sido apresentadas, na ordem, as seguintes propostas: R\$ 8.000,00 (oito mil reais), R\$ 12.000,00 (doze mil reais), 13.000,00 (treze mil reais), além do exequente que requereu a adjudicação do bem pelo valor do menor lance. Qual o procedimento a ser adotado pelo juiz da execução?

- a)- Indeferir a arrematação e a adjudicação, porquanto configurado lance vil;
- b) - Deferir o pedido de adjudicação, pois no processo do trabalho a adjudicação sempre prefere à arrematação;
- c) - Indeferir todas as propostas, inclusive o pedido de adjudicação, pois todas inferiores ao valor da avaliação;

d) - Deferir o pedido de arrematação pelo valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), pois foi a primeira proposta a ser oferecida;

e) - Deferir o último pedido de arrematação, de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), pois o de maior valor, inclusive preferindo à adjudicação requerida pela exequente.

48) - Assinale a alternativa incorreta:

a) Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes;

b) Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo que qualquer dos litigantes poderá retirar-se quando findo o interrogatório, prosseguindo a instrução como seu representante;

c) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma;

d) A audiência de julgamento será contínua; mas se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, notificando as partes;

e) Os trâmites de instrução e julgamento da reclamação serão resumidos em ata, de que constará, na íntegra, a decisão.

49) - Roberto Dinamite foi contratado em Cuiabá - MT para trabalhar em Primavera do Leste - MT. Foi dispensado injustamente, sem o pagamento das verbas rescisórias. Propôs ação trabalhista contra o empregador que acabou sendo distribuída para Vara do Trabalho de Primavera do Leste - MT. O empregador ofereceu exceção de incompetência dizendo que, para apreciar o dissídio, a competência seria do foro do local da contratação. Assinale a resposta incorreta:

a) com a apresentação da exceção o juiz obrigatoriamente deverá suspender a ação, concedendo ao excepto prazo de 48 para manifestação;

b) A decisão deve ser proferida na primeira audiência que se seguir;

c) Havendo necessidade de prova testemunhal, o juiz deve designar audiência de instrução e julgamento;

d) da decisão a ser proferida não cabe recurso imediato;

e) A Vara de Primavera do Leste - MT, possui competência para apreciar o litígio.

50) - Leia os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta:

I - De acordo com a CLT, as partes poderão requerer certidões dos processos em curso ou arquivados, as quais serão lavradas pelos escrivães ou chefes de secretaria, mas não serão emitidas certidões de processos que correrem em segredo de justiça;

II - Toda testemunha antes de prestar compromisso legal, será devidamente qualificada e, não portando no ato documento de identidade, não poderá ser ouvida sob compromisso legal, o que não a impede de ser ouvida como informante;

III - De acordo com a Súmula 136 do TST, o princípio da identidade física do juiz não se aplicava no processo do trabalho em razão da decisão ser proferida por um Colegiado. Com

a extinção da representação classista eliminou-se o óbice e o TST cancelou referida Súmula;

IV - A União, Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica são isentos do pagamento de custas e desobrigadas de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora;

V) no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva, o valor das custas será arbitrado pelo juiz.

- a) todas as afirmativas estão corretas;
- b) somente a afirmativa II está correta;
- c) somente as afirmativas II e III estão corretas;
- d) somente as afirmativas II, III e IV estão corretas;
- e) todas as afirmativas estão incorretas.

## **Retificações**

1 – Na letra **a** da questão n. 12, onde está escrito: “**... da coisa julga ...**”, leia-se: “**... da coisa julgada ...**”.

2 – Na letra **b** da questão n. 12, onde está escrito: “**eficácia reflexiva ...**”, leia-se “**eficácia constitutiva ...**”.

3 – No enunciado da questão n. 14, onde está escrito: “**... coisa julga ...**”, leia-se: “**coisa julgada ...**”.

4 – No enunciado da questão 33, onde está escrito: “**... alternativa correta:**”, leia-se: “**... alternativa incorreta:**”.